



## CONDUZINDO SUBJETIVIDADES DOCENTES ENTRE JOGOS DE VERDADE NA MÍDIA EDUCATIVA

Carmen Brunelli de Moura (1); Marluce Pereira da Silva (2)

*Universidade Potiguar (UnP), [carmenbm2005@gmail.com](mailto:carmenbm2005@gmail.com)*

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB), [marlucepereira@uol.com.br](mailto:marlucepereira@uol.com.br)*

**Resumo:** Este artigo parte da ideia de que a governamentalidade neoliberal produz discursos cujos efeitos traduzem a compreensão de que a atitude de ordenar está cedendo lugar para a parceria, para modos de subjetivação cujas tecnologias procuram transformar não apenas o que os sujeitos são, mas também o que poderão ser. Para que ocorra essa transformação subjetiva, é preciso repensar os discursos de verdade propostos pela mídia educativa, construídos nos entremeios de práticas de regulamentação e liberdade da conduta do professor. Problematiza-se: como se constituem as subjetividades dos professores nos processos de formação alternativos propostos pela mídia educativa? Como se dá a condução da conduta do professor em direção ao governo de si? A partir desses questionamentos, objetiva-se descrever a condução da conduta do professor na materialidade linguístico-discursiva que atravessa um texto multimodal do Canal Futura. Esse trabalho inscreve-se metodologicamente na perspectiva interpretativista discursiva e teoricamente nos últimos escritos de Michel Foucault, além das contribuições dos Estudos Culturais. Ao analisar estes discursos, os resultados evidenciam que a constituição das subjetividades do professor não é concebida como uma “obediência nua ao saber do outro”, mas como um conjunto de exercícios que se faz necessário para a condução de sua conduta, para o governo de si mesmo nos jogos de verdade da mídia educativa.

**Palavras-chave:** Formação do professor, jogos de verdade, subjetividades.

### Introdução

A modernidade líquida é permeada de mudanças, incertezas, duelos de curto prazo e, a partir dessa instabilidade abrem-se oportunidades e convites cada vez mais tentadores, mas que exigem um conjunto de habilidades e competências distintas. Por isso, não seria motivo para estranhamento que as subjetividades fossem convidadas a deixar o conforto da estabilidade e se lançar em um turbilhão de ações transformadoras. São outros processos subjetivadores que vão desconstruindo qualquer senso de fixidez, saberes e poderes subjugadores.

É nesse contexto de governamentalidade contemporâneo que as subjetividades se veem em um processo de transição, que vai levá-las a se abrir a novas experiências, a remodelar formas de se relacionar consigo e com os outros e a instituir novos modos de ser. As subjetividades não são mais impelidas a fazer algo sem sua anuência. Elas são convidadas por meio de discursos de verdade a se responsabilizarem por suas ações e transformações em meio a práticas de regulamentação e liberdade que se voltam para a condução do professor.



Mas, problematiza-se: como se constituem as subjetividades dos professores nos processos de formação alternativos propostos pela mídia educativa, neste caso, o Canal Futura? Como se dá a condução da conduta do professor em direção ao governo de si? Esse trabalho inscreve-se metodologicamente na perspectiva interpretativista discursiva e teoricamente nas contribuições de Michel Foucault (2004), além das contribuições dos Estudos Culturais. A partir da concepção de linguagem como prática socialmente construída, objetiva-se descrever como são produzidas as subjetividades de professores nas práticas de um texto multimodal e como o processo de desenvolvimento profissional alternativo proposto pela revista engendra mudanças no modo de ser professor. Tomam-se como objeto de estudo textos multimodais, publicados na revista, compreendidos como práticas discursivas que constituem sujeitos.

### **Percurso Metodológico**

A análise da propaganda do Canal Futura a ser realizada na próxima seção segue a investigação interpretativista. Assim, pensando com Moita Lopes, decidiu-se tomar o caminho desta pesquisa por representar:

[...] um foco de investigação diferente, revelador, portanto, de novas descobertas que não estão ao alcance de pesquisa positivista [ciências naturais], mas também por avançar um tipo de método de pesquisa que pode ser; adequado à natureza subjetiva do objeto das ciências sociais. (MOITA LOPES, 1996, p.22)

Essa opção pela pesquisa interpretativista pressupõe analisar como os *experts* fazem uso da linguagem e instituem saberes que criam novos espaços, novas possibilidades de constituição de subjetividades nômades do professor, ou seja, de subjetividades que se fragmentam e perdem sua unidade original. Portanto, para analisar a construção destas subjetividades, destaca-se uma peça publicitária do Canal Futura, veiculada na Revista Nova Escola, no ano de 2004. Esta propaganda é composta por um texto multimodal e, por isso, a produção de efeitos será orientada não apenas pelo verbal, mas também pelo imagético que deve merecer a mesma atenção na materialidade a ser analisada. Outro fato relevante em relação ao texto multimodal é a possibilidade de constatar os diferentes modos de representação da realidade que não é apresentada apenas pelo texto verbal. Também é possível observar que as imagens não são apresentadas de forma aleatória ou apenas para compor o texto. As imagens revelam possibilidades de leitura e de apreensão de efeitos, uma



vez que a mídia educativa produz e faz circular discursos e imagens que constituem as subjetividades do professor na contemporaneidade, fundamentam e conduzem as relações sociais.

## **Resultados e Discussões**

O neoliberalismo ou *liberalismo avançado* (ROSE, 2006) constitui-se em outro modo de *governamentalidade* no qual as subjetividades são conduzidas a um governo de si mesmas. O Estado, nesta arte de governar, aparece como aquele que governa sem governar, pois são instituídas múltiplas *governamentalidades* que passam a estruturar objetivos, espaços e relações entre sujeitos por meio de tecnologias e discursos de verdade. Novas linguagens são criadas para constituir subjetividades que agem com maior autonomia e liberdade. Quando se fala em liberdade não se está querendo dizer que, neste caso que se problematiza, o professor se constitui livre de regras e leis. Como demonstra Foucault (2004), as subjetividades se fazem em meio a *jogos de verdades*, numerosos, atraentes, fascinantes e recobertos por regras, por procedimentos. Quando se fala em liberdade, está se pensando em *práticas de liberdade* que atravessam os *processos de desenvolvimento profissional* do professor e passam a constituir o ponto nodal dos acordos firmados após 1990 em educação. Em um desses acordos, o Estado reconhece que para a recuperação da qualidade da educação básica no País é preciso firmar entre as três instâncias do Poder Público e a sociedade civil um *Pacto pela valorização do magistério e qualidade da educação* (BRASIL, 1994) que construa condições à formação adequada do professor e ao exercício de sua profissão.

Essas tecnologias de governo estão relacionadas às relações de poder não mais compreendidas como negativas, mas como formas positivas e produtivas. Na contemporaneidade não é mais possível associar governo ou condução da conduta dos sujeitos a um tipo de *governamentalidade* e de discursos de dominação em que se instituem relações assimétricas nas quais a liberdade é limitada ou anulada. A *governamentalidade* neoliberal produz discursos cujos efeitos traduzem uma compreensão de que não há mais uma ordem como: *você deve (ou não deve) fazer isso ou aquilo*, pois essa atitude amplia a revolta; mas, como uma sugestão: “[...] você quer isso, você o merece, você deve isso a si mesmo, você pode consegui-lo, logo, vá atrás” (BAUMAN, 2009, p.103). Nesse jogo de relações entre poder e liberdade se produzem os modos de subjetivação contemporâneos. É nesse sentido que autores como Mitchell Dean (1999) e Nikolas Rose (1998a, 1998b, 1999a) tomam a liberdade e a autonomia como centrais nas relações de poder



que subjazem as práticas neoliberais. A liberdade é, portanto, vista como historicamente variável e começo e fim das práticas discursivas governamentais.

É preciso entender que a concepção de liberdade liberal difere das *práticas de liberdade* neoliberais. Na primeira, os efeitos evidenciam a constituição de determinado tipo de subjetividade em que a liberdade não pode se tornar um perigo para o Estado e instituições e, por isso, ela não é inventada nem criada, mas prescrita; na segunda, a liberdade é evidenciada em discursos exemplares, ou seja, o governo fornece, convoca, convida *experts* cuja discursividade está vinculada ao fornecimento de exemplos por meio de *tecnologias do eu* ou *práticas de si* nas quais não há uma linguagem que obrigue ou coaja as subjetividades a se conduzirem de tal maneira. A liberdade é algo que implica relações intersubjetivas do eu com o outro e do eu consigo mesmo. Como argumenta Foucault (2004):

[...] acredito que não possa haver sociedade sem relações de poder [...] O problema não é, portanto, tentar dissolvê-las na utopia de uma comunicação perfeitamente transparente, mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o *êthos*, a prática de si, que permitirão, nesses jogos de poder, jogar com o mínimo possível de dominação. (FOUCAULT, 2004, p.284).

Assim sendo, são as *práticas de liberdade* que controlam as relações de poder para que elas não se transformem em relações de dominação. Jamais o governo sobre as subjetividades vai se exercer de forma exaustiva e coercitiva, pois se há relações de poder, é porque a liberdade está sempre presente nas práticas sociais. Conforme Foucault (2004), as pessoas parecem só ver poder nas relações sociais e que a liberdade é algo de outro mundo, é uma utopia. Pois se enganam os que pensam desta maneira, pois para Foucault, a liberdade é inerente ao exercício do poder e não existe confrontação entre ambos. O que há é uma provocação, pois não existe nada absolutamente libertário. O que existe então?

Além de mecanismos, procedimentos, instrumentos de poder e de uma *expertise* que apoia o governo, há a constituição de subjetividades que são pressupostas, provocadas, estimuladas, transformadas, corrigidas pelas práticas de governo ou pelos *experts*. Isso se dá em vista de o poder não ser concebido como dominação e por se pensar a liberdade, constituída a partir das *tecnologias do eu*, como exercícios que são propostos pelo outro ao sujeito ou que este propõe a si mesmo dentro de sua história. É com essa concepção que a *governamentalidade* neoliberal vai centrar seus poderes em novas subjetividades que passam a se constituir com base em discursos que evidenciam



autonomia, responsabilidade, transformação. Mas, quem propõe esses discursos? A quem é concebida a autoridade para enunciar os discursos de verdade, quem os produz e como?

As subjetividades contemporâneas são governadas de três modos. Primeiro quando são incorporadas às preocupações do Estado; segundo, quando o Estado ou instituições tendem a aumentar a produtividade dos sujeitos e, terceiro, quando surge uma *expertise da subjetividade* (ROSE, 1998b, 1999a). Essa *expertise* vai entrar em aliança com as autoridades do Estado ao traduzir suas preocupações sobre política, economia, lei, ordem, saúde. Para isso, ela vai se utilizar de discursos de formações discursivas como a da Medicina, da Economia, das Ciências Sociais, da Psicologia. Outra aliança é feita com os próprios sujeitos quando a *expertise* traduz as preocupações pessoais, profissionais, de saúde, de lazer dos sujeitos em uma linguagem que invoca discursos de verdade. A *expertise* em condução da conduta se oferece para ensinar ao sujeito técnicas pelas quais ele possa conduzir sua conduta da melhor forma. Ela não se utiliza de discursos ameaçadores, violentos, constrangedores, mas discursos persuasivos, agradáveis, acolhedores, pois as autoridades não têm mais o poder de ordenar, pois elas são muitas e tendem a anular-se. Como diz Bauman (2001), a única autoridade que existe nas relações de poder contemporâneas está vinculada a quem escolhe entre uma autoridade e outra.

Em vista de a *governamentalidade* neoliberal se constituir em meio a uma *desgovernamentalização* do Estado que implica uma multiplicidade de governos, toma-se a mídia educativa como uma dessas *governamentalidades* que se apresenta em meio às inúmeras transformações pelas quais a sociedade se vê envolvida. A mídia educativa tem por objetivo fazer circular certas verdades e produzir determinados efeitos no professor e, para isso, utiliza-se de inúmeras tecnologias e mecanismos como, por exemplo, a linguagem e a imagem. A “ordem do discurso” deste tipo de mídia não só é disciplinar, normalizar, interditar, mas também intensificar a relação que os sujeitos têm consigo mesmo, de propor transformações em suas subjetividades. Como se dá essa relação na mídia educativa?

Destaca-se uma peça publicitária do Canal Futura, veiculada na Revista Nova Escola, no ano de 2004, construída pelo texto multimodal, enunciado que articula as materialidades verbal e visual com a mesma relevância. Embora o verbal tenha quase sempre prioridade sobre o não verbal nas análises que privilegiam o discursivo, as práticas discursivas da mídia e suas imagens constroem o conhecimento do sujeito sobre si mesmo e sobre os outros, sugerindo subjetividades, condutas, comportamentos, ações a serem adotadas ou não. Isso implica nos efeitos possíveis evidenciados quando o texto é lido de uma maneira e não de outra. Quando se propõe a descrever o discurso da



mídia educativa pensa-se ser relevante discutir o visível e o enunciável<sup>1</sup> de alguns discursos - como outros pesquisadores já o fazem<sup>2</sup> - para fazer emergir os *processos de desenvolvimento profissional* do professor. Para isso, como lembra Deleuze (1992), é preciso que o olhar não permaneça apenas naquilo que vê, mas “[...] se eleve até as ‘visibilidades’” (DELEUZE, 1992, p.119) e que a linguagem não fique apenas nas palavras e frases, mas que se amplie até os enunciados. Assim, tenta-se costurar a forma do visível à forma do enunciável neste texto.



Figura 1: Nova Escola, ano XIX, n.176, out.2004.

A relevância da mídia educativa na contemporaneidade é enorme, uma vez que ela não apenas tem a função de orientar o trabalho do professor como também de dar visibilidade aos discursos oficiais. Nesse sentido, a *governamentalidade* da mídia e seus discursos passam a divulgar verdades que fazem parte das intenções das políticas públicas neoliberais e devem ser reconhecidas e legitimadas pelo professor. É o Estado promovendo aberturas e parcerias com o setor privado e terceiro setor<sup>3</sup> na condução da conduta da sociedade. É isso que o Canal Futura faz

<sup>1</sup> Para uma maior compreensão acerca do visível e do enunciável, proponho a leitura de Fischer (2002), quando descreve o visível e o enunciável no *dispositivo pedagógico da mídia*, e leitura de Deleuze (1994, 2005) acerca dos estudos de Foucault.

<sup>2</sup> Apenas para exemplificar: o Grupo de Estudos da Análise do Discurso de Araraquara – GEADA, que tem Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin como líder, desenvolve um trabalho com textos multimodais.

<sup>3</sup> O terceiro setor refere-se às instituições que não visam lucros e buscam a promoção do bem-estar social. São instituições parceiras do Estado, atuando em áreas desprovidas ou que não são assistidas pelo primeiro (Estado) e



ao colocar em prática discursos que remetem a efeitos de responsabilidade e parceria quando enuncia: *Mais que um canal de TV, um compromisso com a educação.* Como a noção de governo está atrelada aos “[...] programas e estratégias mais ou menos racionalizadas para a conduta da conduta” (ROSE, 2006, p. 154, tradução nossa), no fio desse discurso de parceria, o Futura desenvolve estratégias para a condução do professor, leitor da Revista Nova Escola, ao governo de si, quando relata sua parceria com Maria Lúcia Lara, uma pedagoga que trabalha como professora de uma creche para crianças carentes no morro Santa Marta, RJ, e do quanto o canal tem contribuído para transformar o trabalho na *Unidade de Atendimento ao Pré-Escolar - UNAPE*<sup>4</sup>.

Essa parceria possibilita que a professora utilize *os programas do Futura nas atividades da creche, na formação dos professores e no atendimento às famílias.* Além disso, essa *expertise*, definida por Miller e Rose (2008) como autoridades sociais que governam a distância e promovem várias tecnologias para a condução da conduta, abre possibilidades de que outros, além de Maria Lúcia, possam se transformar a partir dos discursos de verdade que são propostos em sua programação. Maria Lúcia, ao usar esses discursos em sua prática, torna-se também uma parceira e *expert* da educação, pois ela é *uma das mobilizadoras* que tem como objetivo *orientar milhares de instituições* em relação ao *uso da programação do canal como um recurso pedagógico.* Mas, ela não está sozinha nessa empreitada, uma vez que *o Futura trabalha junto com ela.*

É possível compreender, também, que a propaganda do Futura se insere em uma influente e ampla rede discursiva relacionada às múltiplas práticas de governo que se instauram sob a ótica da *governamentalidade* neoliberal, compreendida muito mais como uma racionalidade de governo, uma vez que se apoia em discursos voltados para orientações da condução da conduta dos sujeitos com base em sua liberdade, autonomia e escolhas, do que como uma filosofia de governo. A mídia educativa faz parte da ampliação dessas racionalidades de governo propostas após 1990 e de uma relação diferente entre os sujeitos e os *experts*. Se na arte liberal de governo a função dos *experts* era de modelar a conduta das subjetividades, nesta nova arte de governar neoliberal a preocupação é manter e promover subjetividades autônomas e responsáveis (ROSE, 2006). Isso pode ser mediado pela exemplaridade que se torna a parte mais relevante nos discursos dos *experts*. Quanto mais o exemplo se aproximar da realidade, maiores serão suas chances de aplicabilidade por sujeitos que não estão muito preocupados com o que dizem os *experts*, mas como eles colocam em prática esse dizer, ou seja, como fazem.

---

segundo setor (empresas privadas).

<sup>4</sup> A respeito do trabalho desenvolvido pela UNAPE no Morro Santa Marta, consultar página eletrônica do projeto. Disponível em: <[http://www.projetoinformar.org.br/?page\\_id=86](http://www.projetoinformar.org.br/?page_id=86)> Acesso em: 10 jun. 2016.



Assim, as relações entre professores e *experts* não estão reguladas nem organizadas por meio de obrigações, mas por escolhas. Isso parece ser evidenciado na satisfação e alegria estampadas no rosto da professora Maria Lúcia que pode ser reconhecida em suas múltiplas subjetividades: mulher, negra, pedagoga, professora, educadora, trabalhadora, orientadora, mobilizadora, parceira. Embora não se desconheça as discussões que Nilma Lino Gomes vem fazendo acerca da formação de professores e das identidades negras e nem de uma vasta literatura produzida pelo Ministério da Educação e UNESCO a partir de 2004 na coleção *Educação para Todos*, atravessada por práticas que produzem efeitos acerca do racismo, seria muita ambição tentar dialogar com práticas tão complexas como estas. Assim, este olhar para a imagem de Maria Lúcia é outro. Em outras palavras, toma-se as palavras de Foucault para demonstrar o caminho que se vem tentando definir a respeito dos *processos de desenvolvimento profissional* e das transformações das subjetividades do professor para o século XXI dentro de uma racionalidade neoliberal e que justifica a possibilidade de analisar a propaganda em toda a sua materialidade e pluralidade de enunciados e visibilidades. Ao olhar para os textos e imagens, tenta-se arrancar deles efeitos que atravessam regimes de verdade e implicam distinta maneira de se conduzir, de se governar. Ao ser perguntado se os sujeitos são sempre sujeitos por técnicas disciplinares e normalizadoras, Foucault responde:

Sou muito cético e hostil em relação a esta concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural. (FOUCAULT, 2004, p. 291).

É nesse sentido, então, que é preciso compreender que Maria Lúcia não se constitui apenas a partir de um jogo de relações de poder, móveis, produtivas e instáveis, mas nas fendas entre essas relações, discursos de verdade e a relação consigo. Na verdade, Foucault queria saber como o sujeito se constitui em meio a *jogos de verdade*, pois ele já havia estudado a relação desses jogos em outros dois domínios: o do saber e do poder. Agora era preciso olhar para as tecnologias que propiciam ao sujeito dar a sua vida uma forma em que ele possa se reconhecer e ser reconhecido pelos outros.

## Conclusões





É na encruzilhada do texto e da imagem que os efeitos de algumas verdades surgem e evidenciam uma Maria Lúcia, professora negra que inventa um outro modo de ser, de governar a si mesma. Como não há confronto entre poder e liberdade, pois o poder não é soberano, Maria Lúcia, ao inserir-se nos discursos de verdade da mídia educativa como parceira do Futura, aprendeu a identificar um caminho distinto para sua trajetória profissional. Ela sente o *sopro dos ventos da mudança* em sua vida, pois ela sabe que para *orientar milhares de instituições* precisa abrir-se para o mundo, precisa assumir outra subjetividade, transformar-se.

Assim, a imagem de Maria Lúcia evidencia a passagem de uma posição de sujeito que aprende a governar sua própria conduta quando trabalha com as crianças na creche para uma que implica novas redefinições em sua conduta ao assumir uma subjetividade de *expert* ao ensinar outras pessoas, outras instituições, a governarem a si mesmas, utilizando os saberes propostos nos discursos do Futura. Discursos que não são apenas produzidos pelo canal, mas que consolidam uma discursividade de parceria que atravessa todo o documento oficial do *Plano Decenal de Educação para Todos* (1993-2003) e que deve ser efetivado em *regime de colaboração* entre Estado e sociedade civil.

A ideia, portanto, de *governamentalidade*, proposta por Foucault, abre um horizonte para a compreensão das *práticas de desenvolvimento profissional alternativo* de professores que passam a se desenvolver após os anos 90. A abordagem de Foucault acerca do governo refere-se à *condução da conduta* e abarca todas as tecnologias utilizadas para governar as subjetividades. O governo não é algo com o qual se luta, mas, como diz Doherty (2008, p.204), “[...] é uma atividade e uma arte que importa a todos e que toca a cada um de nós”, pois não é algo que o sujeito recebe pronto, mas é uma prática social na qual todos estão implicados e deve ser inventada por meio de tecnologias.

Assim, o principal trabalho da *governamentalidade* neoliberal é constituir as subjetividades em meio a *práticas de liberdade*, que tem sempre presente um *expert* em condução da conduta. Mas, para que as verdades da mídia educativa funcionem na constituição das subjetividades, é preciso que a linguagem dos *experts* propicie uma abertura para outros pensamentos, que sejam simples e conduzam o leitor a *pensar diferente do que pensava antes*.

### Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.



BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Pacto pela valorização do magistério e qualidade da educação**. Brasília: MEC, 1994.

DEAN, M. **Governmentality**: power and rule in modern society. Londres: Sage Publication, 1999.

DOHERTY, R. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, M.; BESLEY, T. (Orgs.). **Por que Foucault?** Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MOITA LOPES, L.C. **Oficina de linguística aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

MILLER, P.; ROSE, N. Governing economic life. In: GANE, M.; & JOHNSON, T. (ed.). **Foucault's new domains**. Londres: Routledge, 1993. p. 75-105.

ROSE, N. Governing enterprising individuals. In: \_\_\_\_\_. **Inventing ourselves**: psychology, power, and personhood. New York: Cambridge University Press. 1998a. p.150-168.

\_\_\_\_\_. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Liberdades reguladas**. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.

\_\_\_\_\_. Technologies of autonomy. In: \_\_\_\_\_. **Governing the soul**: the shaping of the private self. 2.ed. London: Free Associations Books, 1999. p.244-258.

\_\_\_\_\_. Governing "advanced" liberal democracies. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (eds.) **The anthropology of the state**. Hardcover: Wiley-Blackwell, 2006.